



COLONIALISMO, MODERNIDADE E VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS E O ENFRENTAMENTO POR MEIO DA *ESCREVIVÊNCIA*

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

FLÁVIA DE BRITO SOUZA¹

THAISA SILVA MARTINS²

RESUMO: Este artigo objetiva discutir fundamentos históricos acerca das violências sofridas por mulheres negras no capitalismo. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica tendo como ponto de partida as contribuições da escritora Conceição Evaristo que criou o termo *escrevivência*, o qual apresenta como sentido gerador a imagem da *mãe preta* escravizada no período colonial no Brasil. Diante deste propósito, o artigo traçou elementos históricos acerca do colonialismo e da modernidade, e as inerentes faces violentas, as quais são fundamentos do capitalismo. Adensando o estudo ora apresentado, traçamos como possibilidade de enfrentamento desse contexto de violências criada pelo sistema capitalista, o registro das vivências de mulheres negras, apresentando suas histórias, registrando *escrevivências*.

Palavras-chaves: *Escrevivências*, mulheres negras, violências, silenciamento, capitalismo.

ABSTRACT: This article aims to discuss the historical foundations of the violence experienced by black women under capitalism. To this end, we conducted a bibliographic review, taking as a starting point the contributions of the writer Conceição Evaristo, who coined the term "escrevivência", a concept rooted in the figure of the enslaved black mother during Brazil's colonial period. Guided by this framework, the article traces historical elements of colonialism and modernity, highlighting their inherent violent dimensions, which underpin the capitalist system. As a means of confronting this context of systemic violence, we propose the documentation of black women's lived experiences, foregrounding their narratives and inscribing their *escrevivências* as acts of resistance and historical reparation.

Keywords: *Escrevivências*, black women, violence, silencing, capitalism.

INTRODUÇÃO

“[...] nós sempre precisaremos promover e encorajar
o ato de ‘erguer a voz’” (bell hooks³, 2019, p.21).

¹ Assistente Social. Assessora Técnica do CRESS-SC. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. e-mail: flaviabritosouza@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/7147995632672468>. Expresso concordância na divulgação do artigo.

² Assistente Social. Professora substituta do curso de Serviço Social da UFVJM. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: thaisa19.martins@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8231077696176290>. Expresso concordância na divulgação do artigo.

³ A referida autora assina com letras minúsculas, a fim de dar maior projeção às suas ideias do que à figura autoral. Neste artigo, estamos respeitando esta escolha, e subvertendo as regras do uso da letra maiúscula em nome próprio. Além disso, cabe comentar que *bell hooks* trata de um pseudônimo inspirado na bisavó materna da autora, em celebração ao legado de mulheres fortes. O seu verdadeiro nome é Gloria Jean Watkins.



Provocadas pela epígrafe dessa seção, de autoria de bell hooks (2019) na obra “*Erguer a Voz: pensar como feminista, pensar como negra*”, o presente artigo constitui uma iniciativa de reflexão para o enfrentamento à violência sofrida por mulheres negras no capitalismo.

A referida autora pondera que o ato de *erguer a voz* é uma estratégia de encorajamento para o enfrentamento do silenciamento que atravessa a realidade violenta vivenciada pela população negra. Tal estratégia pode ser exemplificada por meio da célebre frase da vereadora, brutalmente assassinada em 2018, Marielle Franco (2018, *youtube*): “não serei interrompida”, quando discursava acerca do Dia Internacional das Mulheres. Ao lidar com uma iniciativa de silenciamento, por alguém que defendia a ditadura civil-militar no Brasil, Marielle Franco fez tal afirmação.

Diante disso, inspiradas por hooks e Franco, demarcamos neste artigo que: *nós, mulheres negras, não seremos interrompidas*. Destruiremos as estratégias de silenciamento que estão presentes em nossa realidade, seremos disruptivas, inclusive quando o racismo epistêmico⁴ operar com o intuito de negar o conhecimento a partir da oralidade.

Ao considerar a necessidade de enfrentar tal silenciamento, destacamos a *escrivência*⁵, prática literária desenvolvida por Conceição Evaristo⁶. Trata-se de uma experiência que enfrenta a imagem do passado colonial no Brasil, calcada na violência, onde o corpo da mulher negra escravizado tem a sua fala, também, escravizada, pois “[...] a fala também é um utensílio de trabalho

⁴ Sueli Carneiro (2023) em seu livro *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser* apresenta que o epistemicídio é um instrumento operacional de dominação racial, uma vez que legitima apenas o conhecimento elaborado por membros do grupo dominante, desqualificando e anulando o conhecimento da população negra, operando com estratégias de negação de acesso aos direitos, em processos discriminatórios nos espaços educativos, deslegitimando o conhecimento elaborado pela população negra.

⁵ Este termo se encontra em itálico por se tratar de um neologismo criado por Conceição Evaristo.

⁶ A referida autora escreve desde a infância. Contudo, como expressa Santos (2024), só começou a publicar quando o circuito de editoras negras independentes se fortaleceu. Evaristo iniciou as suas publicações na Série *Cadernos Negros*, nos anos 1990, embora só tenha se tornado reconhecida recentemente. Ela é poetisa, contista, romancista, ensaísta e mãe de Ainá Evaristo de Brito. Formou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tornando-se, em 1996, mestra em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e, em 2011, doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). De acordo com Literafro (2024), essas são as suas obras individuais: *Ponciá Vicêncio* (romance/ 2003); *Becos da Memória* (romance/ 2006); *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008); *Insubmissas lágrimas de mulheres* (contos/ 2011); *Olhos d'água* (contos/ 2014); *Histórias de leves enganos e parecenças* (contos e novela/ 2016); *Canção para ninar menino grande* (novela/ 2018); *Azizi, o menino viajante* (conto/ 2017); *Não me deixe dormir o profundo sono* (conto/ 2020); *Fio de prumo* (conto/ 2020) e *Macabéa, flor de Mulungu* (conto/ 2023).



escravizado” (Evaristo, 2021, p.4). A *escrevivência* “borra” essa imagem, criando outra, como elucida a autora, por meio de um processo libertador.

Desse modo, discutir sobre este tema no presente artigo é desenvolver o ato de *erguer a voz*, como afirma bell hooks (2019), é enfrentar a violência sofrida por mulheres negras, exercendo a iniciativa proposta pela *escrevivência*. É, também, rememorar, a morte de Claudia Ferreira, auxiliar de Serviços Gerais, que foi baleada e teve seu corpo arrastado pela polícia militar, em 2014, na cidade do Rio de Janeiro; e do assassinato da líder quilombola Mãe Bernadete, em 2023, que vivia em um território que é alvo de exploração e ataques, desde o período colonial, localizado em Simões Filho, no estado da Bahia.

Tais situações são exemplos de violência sofrida por mulheres negras, que reforça a necessidade de pesquisar e de discutir sobre esse assunto no presente artigo. Este traçará elementos históricos acerca do colonialismo e da modernidade, e as suas inerentes faces violentas, e, logo em seguida, discutirá o enfrentamento deste contexto por meio da *escrevivência*.

CAPITALISMO E A FACE COLONIAL MODERNA: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS E O ENFRENTAMENTO POR MEIO DA *ESCREVIVÊNCIA*

“Quando sinhá me batia”
duvidava-se então,
da força da minha resistência,
que o meu turbante,
era luta e crença,
ao achar que eu só servia,
pra cozinha, pro chão
pra lavoura, pro cão,
E quando não tinha nada?
Eu era sempre abusada,
pelo SENHOR PATRÃO [...]
(Regiane Farias, 2018, p.128).

A presente seção inicia com essa epígrafe, parte do poema intitulado *Minha Resistência*, de autoria de Regiane Farias (2018). Por meio desse trecho, podemos associá-lo à mulher negra escravizada pelo regime colonial no Brasil, que é silenciada na sua condição de humanidade, obrigada a dispensar cuidados à família escravocrata, sobretudo às crianças. De acordo com a autora, esta



mulher está inserida no trabalho escravizado dentro de uma economia de produção, que objetifica o seu corpo, seja nas atividades da “casa grande”, quanto da lavoura, sendo ainda exposta à violência sexual, advinda do “senhor patrão”.

Tal cenário é, inclusive, o “pano de fundo” da *escravivência*, como explicita Evaristo (2023), pois esta se fundamenta na vivência de mulheres escravizadas no Brasil colônia. Ao mencionar sobre o sentido gerador do referido termo, Evaristo (2023) destaca a figura da *mãe preta*, um dos engendramentos estudados por González (2020), ao discutir sobre as formas de exploração vivenciadas pelas mulheres negras na constituição da formação colonial brasileira. A *mãe preta* foi aquela que cuidou e educou os filhos da família escravocrata, contando-lhes histórias, possibilitando, ainda, a criação de uma língua denominada pela referida autora de *pretuguês*⁷, a qual contribuiu, consequentemente, para o aprofundamento da africanização da cultura brasileira.

Com base na epígrafe que abre a discussão proposta nesta seção, destacamos a opressão explicitada na parte em que se diz “[...] eu era sempre abusada, pelo SENHOR PATRÃO” (Farias, 2018, p. 128). Fundamentadas em Lélia González, reforçamos que o trecho do poema nos possibilita afirmar que o Brasil se constituiu, também, a partir do estupro de mulheres negras. Isso se dava, sobretudo, por conta da violência perpetrada por homens brancos: pois, os “casamentos inter-raciais” nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.)” (González, 2020, p. 50).

Disso decorre a compreensão de que a miscigenação presente em nosso país é uma marca de violência racial e de gênero deste território. Logo, não se tratou do fruto de harmonia das raças, como durante décadas circulou o discurso dominante – sobretudo do *mito da democracia racial*, a partir dos anos 1930. Numa perspectiva crítica, González (2020) afirma que o principal articulador da ideia de o Brasil ter uma “democracia racial”, foi o historiador e sociólogo Gilberto Freyre. Tal pensamento foi socialmente consolidado, favorecendo o *racismo por denegação*, pois segundo a autora, se mostra no discurso de que as relações interraciais, no Brasil pós colonização, promoveram/promovem harmonia entre as raças.

⁷ González (2020) explica que o idioma Português falado no Brasil é profundamente africanizado. A junção dele com as origens do povo negro fez surgir o que ela chama de *pretuguês*, que é uma linguagem mais rítmica, calcada em tradições dos antepassados da *mãe preta* escravizada. Esta, por cuidar da família escravocrata, disseminou sua cultura e seus dialetos, mesmo que na condição de exploração



Desse modo, para Carneiro (2011, p. 1)

no Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até a últimas consequências.

Nesse sentido, as provocações das pensadoras negras, mencionadas até então, inspiraram a elaboração do objetivo deste estudo e a busca pela identificação dos fundamentos históricos acerca das violências sofridas por mulheres negras no capitalismo.

Optamos por iniciar as reflexões com uma epígrafe, justamente para ilustrar as violências impostas socialmente que acometem corpos negros. Compreendemos a pertinência em destacar que, para se discutir sobre as origens do capitalismo, é necessário compreender o processo de escravização e de colonização europeia na América, a partir de finais do século XV, até meados do século XIX. Afinal, o capitalismo é um modo de produção globalizado que se mantém fundamentado em violências, uma vez que para Federici (2017), não se pode considerá-lo como um mero produto evolutivo da humanidade.

Destacar o projeto de colonização e escravização europeia na América, a partir de finais do século XV se dando até meados do século XIX, como um elemento fundamental para compreender o capitalismo, nos leva a sinalizar, com base em Quijano (2005), a existência de um protótipo de sujeito universal, criado por esse contexto. Este modelo esteve articulado à perspectiva de um sujeito masculino, branco, europeu, heterossexual, entre outras características não identificadas nas/os colonizadas/os. Logo, quem foi considerado “humano”, dentro deste protótipo defendido pelo projeto colonial, tinha direito à vida. Quem não era considerado, se tornava alvo da escravização e do extermínio, como as mulheres negras, o que vivenciamos até hoje, vide os exemplos mencionados na introdução.

Este sistema escravizou e dizimou, por meio da hierarquização racial, criando novas identidades históricas, como a do *negro* e a do *índio* – os/as colonizados/as⁸, e redefinindo outra identidade, como a do Europeu – o colonizador (Quijano, 2005).

⁸Cabe comentar que os termos “negro” e “índio” estão em destaque, porque se configuram como denominações do aparato colonial. Por isso, no caso do segundo termo, especificamente, hoje tal identidade é defendida por eles/as mesmos como *indígenas* ou *povos originários*.



Tal cenário ainda foi marcado pela acentuada e violenta perseguição às mulheres e aos seus corpos, configurando o fenômeno de “caça às bruxas”, como expressa Federici (2017), importante para o desenvolvimento do sistema capitalista, sobretudo, entre os séculos XVI e XVII, sendo não apenas na Europa, mas nas colônias do *Novo Mundo*, na América. Afinal, como denota a referida autora, “[...] assim como na Europa, a caça às bruxas na América foi, sobretudo, um meio de desumanização e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio” (Federici, 2017, p. 382).

O próprio surgimento do modo de produção capitalista, segundo Quijano (2005), é vinculado ao projeto colonizador da América, que fundou a própria modernidade. Por isso, o sentido do *sujeito universal*, mencionado anteriormente, é vinculado à concepção de *homem moderno*.

E disso cabe pensarmos a relação entre as origens da modernidade e as origens do próprio capitalismo, pois como explica Dussel (1993, p.186), a modernidade expressa um traço oculto e essencial a ela, que é: “[...] o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienada, etc. [...]”. Ou seja, a modernidade explicita o apagamento daqueles e daquelas que não estão no perfil de sujeito universal, a exemplo das próprias mulheres negras.

Com base em Quijano (2005), o capital como relação social, baseada na mercantilização da força de trabalho, provavelmente, existe desde o século XI e XII. O referido autor expõe que o capital surgiu em algum lugar na região meridional das penínsulas ibérica e/ou itálica e, conseqüentemente, no mundo islâmico. Mas, enfatiza que é, a partir de finais do século XV, com o processo de colonização da América pela Europa, que se pode falar de predominância mundial do capital e, desse modo, de um sistema capitalista, portanto, da emergência de um modo de produção de mercadorias com vocação para tornar-se globalizado. Vejamos, para Quijano (2005, p. 126):

Quanto a história colonial, a partir de finais do século XV, Quijano (2005) argumenta que os colonizadores encontraram um grande número de diferentes povos. Vejamos: “[...] cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongus etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros” (Quijano, 2005, p. 127, grifos do autor). O destaque do termo foi assumido por compreender que se trata de uma denominação advinda do aparato colonial.



o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é: a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante constituiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América.

Tendo em vista tal consideração, cabe destacar que Williams (2012) discute o caráter eminentemente econômico da escravização no continente americano. Esse processo foi articulado à gênese do mundo moderno, o que contribuiu, significativamente, para o capitalismo, e para a sua centralidade europeia, sobretudo, considerando a Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII. É interessante quando o referido autor contextualiza que existiram teses que associaram esse processo de escravização a uma perspectiva moral da população colonizada, como se a exploração se articulasse ao fato de serem mais resistentes. Ainda explica que existiram teses que se justificavam por meio do argumento da localização geográfica, de onde vinha a população colonizada, o que também mascara o interesse econômico que fundamenta esse processo violento.

Ao analisarmos o contexto de colonização europeia na América, cabe comentar que existiu uma divisão racial do trabalho para a produção de mercadorias, e, portanto, para gerar capital. Tal divisão favoreceu para que as formas assalariadas não se associassem, conseqüentemente, aos povos colonizados. Afinal, como explica, Quijano (2005, p. 120) o fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores”. É por isso que Gonçalves (2018), ao estudar este contexto, assevera que a criação das categorias *negro* e *índio* estiveram associadas à implementação de relações de produção não-assalariadas no processo de colonização. Sendo assim, o protótipo de sujeito universal associou-se, também, ao trabalho assalariado e aos postos de mando da administração colonial. Tal fato favoreceu o desenvolvimento de “uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo” (Quijano, 2005, p. 127).

Destarte, cabe a assertiva de Federici (2017, p.207), ao alegar que “o capitalismo não poderia sequer ter decolado sem a ‘anexação da América’ e sem o ‘sangue suor’ que durante dois séculos fluíram das plantatitons para a Europa”.



Este debate nos leva a compreender os fundamentos do que Marx (2013) contextualizou como a “assim chamada acumulação primitiva”⁹ de capital, e a relação deste processo com a violência colonial que esteve no cerne das origens do capitalismo. Quanto a isso, o referido autor discorre como um processo marcado por expropriação, que é inerente ao contexto colonial moderno.

Sob a ótica de Quijano (2005), a raça se converteu no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder do capitalismo, calcado na produção global de mercadorias, para a valorização de capital. A hierarquização racial veio para fortalecer o movimento de expansão do capital, para a produção de mercadorias. Em outras palavras, raça associou-se ao modo básico de classificação social universal da população mundial, conforme Quijano (2005), ao analisar as origens desse sistema.

Ao considerar que, neste contexto, não encontramos apenas a sua intrínseca relação com a escravização racial, mas também, e junto dela, a exploração e o extermínio de mulheres, como lembra Federici (2017), cabe destacar que a “caça às bruxas” tratou de um meio para confinar as mulheres aos âmbitos privado e reprodutivo, destruindo as suas práticas de controle, saberes e conhecimentos sobre os seus corpos, e sobre a própria vida social, por meio de um processo de perseguição e assassinato. Tal violência tinha o intuito de forjar os ideais de feminilidade e de domesticidade que fossem compatíveis com a ordem capitalista que se instituiu (Federici, 2017). Afinal, a ampla variedade de práticas femininas vinha ameaçando a organização capitalista do trabalho, pois se associavam, sobretudo, à magia e à natureza. Isso comprometia o poder da racionalidade imposta pelo mundo capitalista, masculino, porque, como afirma Federici (2017, p. 313) “o mundo devia ser ‘desencantado’ para ser dominado”.

Para a referida autora, no processo de colonização da América, assim como a discriminação estabelecida pela raça, a discriminação sexual foi mais uma bagagem que os colonizadores trouxeram da Europa. “Tratava-se, nada mais, nada menos, do que da destruição da vida comunitária, uma estratégia ditada por um interesse econômico específico e pela necessidade de se criarem as condições para uma economia capitalista” (Federici, 2017, p. 220). Segundo a análise desta autora, este debate

⁹ Este é o nome do Capítulo 24 de *O Capital* de Karl Marx, presente no livro I desta obra. O referido autor coloca como a “assim chamada” por fazer referência, de forma jocosa, à interpretação equivocada que a economia burguesa tinha acerca do processo de expropriação dos/as trabalhadores/as, neste contexto, a qual é sintetizada na denominação realizada por eles de *acumulação primitiva*. Por isso a expressão é usada entre aspas.



serve para contextualizar o processo exterminador que esteve no cerne da chamada “acumulação primitiva” de capital. Isso se sustentou, também, por meio de projetos de colonização, dizimando quem não se encontrava no entendimento de humanidade, imposto por este contexto e atacando, sobretudo, às mulheres e seus corpos.

E disso decorre pensarmos a *escrevivência* como uma experiência que denuncia a violência sofrida, sobretudo, por mulheres negras, e que nos leva a pensar o histórico do silenciamento demarcado pelo capitalismo.

Conforme Pinto (2025), o termo *escrevivência* ganhou projeção nacional a partir de maio de 2017, quando a ocupação *Itaú Cultural* celebrou a escritora Conceição Evaristo. E, a partir disso, vem se midiaticando, e sendo estudado por pessoas de diversas áreas tanto no Brasil quanto no exterior.

Segundo o livro *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (2020), este termo se encontra como objeto de estudo de profissionais de diferentes áreas, sendo discutido tanto nacional quanto internacionalmente, compreendido como advindo da população afrodescendente, de acordo com as inúmeras reflexões propostas na referida coletânea. Com base nessa obra, *escrevivência* pode ser lida como conceito; conceito-experiência; método; operador teórico etc., podendo se associar tanto à “a escrita de si” ou autoficção, quanto à “escrita do nós”, se conectando, por exemplo, às estratégias de denúncia e resistência presentes em textos autobiográficos ou ficcionais (Borges, 2020; Duarte, 2020; Felisberto, 2020; Fonseca, 2020; Nunes, 2020).

De acordo com a apreensão de um dos textos iniciais do livro mencionado, que trata de um depoimento da escritora que cunha o termo, e que objetiva discutir o seu sentido gerador, é possível considerar que Evaristo (2020a) o defende como uma prática literária, sobretudo, de mulheres negras e pobres.

Escrevivência é um termo cunhado pela escritora Conceição Evaristo, que começou a trabalhá-lo na construção da sua dissertação de mestrado, em 1994. Trata-se de uma expressão que comunga a escrita com as experiências, sobretudo, das mulheres negras. É uma prática literária vinculada à resistência histórica da população negra e, portanto, não é um conceito, mas uma vivência.

Em entrevista ao *Itaú Cultural*, em 2020, Conceição Evaristo comenta acerca do surgimento do referido termo:

é uma longa história. Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC. Era um jogo que eu fazia entre



a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres, principalmente (Evaristo, 2020b, p. 2).

Com base na referida citação, *escrevivência* é um caminho inverso à realidade escravocrata, pois surge para enfrentar a imagem da violência colonial do passado. Mostra que, hoje, como mulheres negras, podemos contar as nossas próprias histórias, inclusive, as boas e as ruins.

Dando continuidade as elucidações relacionadas ao termo em evidência, cabe destacar que, em entrevista ao *Jornal Suplemento Literário de Minas Gerais*, no ano de 2018, em razão de, em ano anterior, ter ganhado o *Prêmio Governo de Minas Gerais de Literatura*, Evaristo (2018) comentou o seguinte: “em 1994, quando terminei o mestrado, tentava a aglutinação entre escrever, viver e se ver. Quer dizer... Na verdade era escrita voltada para a experiência. Em algumas passagens da dissertação tem lá: escrevivendo, escrevendo-se. E ficou.” (Evaristo, 2018, p. 5).

Ao afirmar que *escrevivência*, em sua concepção inicial, se constitui como uma proposta que vem enfrentar opressões e apagamentos que, principalmente, mulheres negras vivenciaram ao longo do processo de escravização dos seus corpos, Evaristo (2020) nos permite pensar a amplitude atemporal dessas violências, exemplificadas em dados do *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (2024). No que diz respeito à lesão corporal dolosa, em 2023, 258.941 mulheres foram vítimas. Além disso, foram perpetrados diferentes tipos de violência contra a mulher, como assassinatos, nas modalidades consumadas e tentadas, agressões em contexto de violência doméstica: ameaça, perseguição, violência psicológica e estupro. A partir dos dados publicados pelo Fórum, quando somados todos esses tipos de violências, chegam-se a um total de 1.238.208 de mulheres vítimas, somente em 2023. E ao levarmos em consideração o perfil das mulheres mortas de forma violenta, observamos que são negras (66,9%), e com idade entre 18 e 44 anos (69,1%), o que nos leva a necessidade de discutir sobre os fundamentos históricos acerca das violências sofridas por mulheres negras no sistema capitalista, objetivo do presente artigo.

A apresentação destes nos permite refletir sobre as formas de violência no capitalismo, e nos leva a compreender que a violência que culminou na eliminação física da vereadora Marielle Franco, por exemplo, se conecta diretamente com um processo que perpassa os tempos históricos do



capitalismo, uma vez que tal sistema se funda, também, por meio da violência. Tal afirmação se faz necessária, uma vez que a modernidade e sua inerente violência colonial legitimaram as origens do capitalismo. E que estão associadas, sobremaneira, ao processo de escravização e de colonização europeia na América, a partir de finais do século XV, se dando até meados do século XIX.

Embora se apresente de formas distintas, tendo em vista os contextos históricos, e com expressões poéticas e/ou literárias, é essa mesma violência que atravessa o sentido de *escrivência* desenvolvido por Conceição Evaristo. Tais expressões formam exemplos de dor, mas, sobretudo, de resistência. Isso demonstra o quanto os nossos escritos revelam a possibilidade de ser um veículo de expressão da nossa voz, que denuncia a opressão, sendo exemplos que *estilhaçam a máscara* do silenciamento, como sustenta Evaristo (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, em termos de considerações finais, podemos afirmar que o racismo é um determinante social que inferioriza a população que é racializada, por conta da representatividade de seu corpo. Esse histórico social, com base em Clóvis Moura (2021), apresenta no Brasil indelévels marcas, desde o período escravocrata, não havendo distinção após a passagem da escravidão para o trabalho livre.

As violências que acometeram/acometem mulheres negras são desde as perpetradas de maneira física ou aquelas relacionadas ao ato de silenciar, oprimir e desumanizar. Considerando este imbricamento do período escravocrata com as violências que se perpetuam, apresentando episódios de racismo cotidiano, é mister trazer à luz as considerações de Grada Kilomba (2019) ao apresentar em sua obra a imagem de Anastácia, ela que era uma mulher, negra, escravizada, obrigada a utilizar uma máscara de ferro que bloqueava sua fala. A imagem de Anastácia é o retrato do silenciamento operacionalizado pelo racismo e por um sistema opressor e extremamente violento ao ponto de colocar um pedaço de metal, dentro da boca da pessoa negra, fixado entre a língua e o maxilar, apoiada na parte detrás da cabeça por duas cordas, uma delas em torno do queixo e a outra entre nariz e boca. Além de impossibilitar a ingestão de alimentos, a máscara silenciava, impedindo a fala. Silenciava e torturava. A imagem de Anastácia é a materialização da operacionalização ideológica do



colonialismo, é o retrato de um sistema que dominava fisicamente corpos negros, que impedia a oralidade. É imperativo refletir sobre o que representa a oralidade. Falar, contar histórias, sair da solidão dos seus pensamentos, interagir, viver, socializar. Falar, cantar, se expressar. Falar, simplesmente, falar! Com todo o significado que carrega o poder falar, é que reconhecemos as contribuições de Conceição Evaristo ao nos abrilhantar com o termo da *escrevivência*.

A *escrevivência* se apresenta, neste contexto social de opressão e exploração, por parte da supremacia branca contra mulheres negras, como estratégia de enfrentamento. Quando Conceição Evaristo expõe em seus escritos e falas, sobre a valorização das minúcias de um relato o qual nos possibilita aproximar mais da história contada, praticamente na sua totalidade, a autora está valorizando as histórias negras, e as possibilidade de registros das vivências negras. Afinal, a população diaspórica, não pode desconsiderar a possibilidade de escrever a vivência de mulheres negras, para registro dos seus antecedentes e das suas histórias, pois como nos ensina bell hooks (2019) a escrita é um gesto de resistência e relutância, é um ato de *erguer a voz*.

Enquanto mulheres negras, integrantes deste grupo populacional cotidianamente violentado, não permitiremos ser silenciadas. Iremos nos manifestar, seja por meio da oralidade ou da escrita, com o intuito, principalmente, de incentivar a escrita de histórias a partir das vozes negras. Inspiradas em bell hooks (2019) afirmamos que com coragem iremos *erguer nossas vozes* confrontando o silenciamento. Assim, o desejo que outras pessoas engajadas na luta antirracista reconheçam o saber, por meio da oralidade de mulheres negras, pois estamos nos referindo a tradição africana que deve ser preservada. Ousamos numa realidade encharcada pelo colonialismo, escrevendo, pois essa é “uma maneira de capturar, agarrar a fala e mantê-la por perto” (hooks, 2019, p. 33). Seguiremos com o compromisso ético e político de apresentar reflexões para que seja possível romper com os processos que desejam perpetuar o ato de silenciar mulheres negras nesta sociedade capitalista desigual.

REFERÊNCIAS

BORGES, R. **Escrevivência em Conceição Evaristo**: armazenamento e circulação dos saberes silenciados. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (Orgs.). *Escrevivência - a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 182-204.



CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

_____. **Enegrecer o Feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2011a. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 13 de fev. de 2025.

DUARTE, E. de A. Escrivência, Quilombismo e a tradição da escrita afrodiaspórica. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (Orgs.). **Escrivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 75-94.

DUSSEL, E. **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

EVARISTO, C. Conceição Evaristo: “Nossa fala estiliza a máscara do silêncio”. Carta Capital, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-falaestilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>. Acesso em 20 de mai. 2025.

_____. **“Escrivência: escrever, viver e ser”**. In: SUPLEMENTG, Belo Horizonte, Edição nº 1.378, 4-11, Maio/Jun. 2018.

_____. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (Orgs.). **Escrivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a.p.26- 46.

_____. **“A escriturização serve também para as pessoas pensarem”**. Itáu Social. 2020b. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrivencia-serve-tambem-para-as>

<https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrivencia-serve-tambem-para-as>
pessoaspensarem/#:~:text=CONCEI%C3%87%C3%83O%20EVARISTO%20%E2%80%93%20%E2%80%9CA%20escriviv%C3%Aancia%20serve%20tamb%C3%A9m%20para%20as%20pessoas%20pensarem%E2%80%9D. Acesso em: 20 de mar. de 2025.

_____. **Conceição Evaristo**: a escriturização das mulheres negras reconstrói a história brasileira. Portal Geledés. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrivencia-das-mulheresnegras-reconstroi-a-historia-brasileira/>. Acesso em 22 mai. 2025.

_____. **A escriturização - a literatura a partir do pensamento negro**: Curso Ler o Brasil - Casa Sueli Carneiro, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xd8eLFPDdzE>. Acesso em 24 mai. 2025.

FARIAS, R. In: OLIVEIRA, K. (Org.). **Raízes**: resistência histórica (escritoras negras), Belo Horizonte: Venas Abiertas, 2018. p.125-132.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FELISBERTO, F. Escrivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (Orgs.). **Escrivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 164-180.

FONSECA, M. N. S. Escrivência: sentidos em construção. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (Orgs.). **Escrivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 59-72.

FRANCO, M. **“Não serei interrompida”** [08-03-2018”. Instituto Marielle Franco: (17:10 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fl8czAgJGUE>. Acesso em 23 mai. 2025.

GONÇALVES, S. N. **“Mulheres dos Escombros”**: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. 2018. Tese. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2018.



- GONZÁLEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem políticoeconômica. In: RIOS, F; LIMA, M. (Orgs.). **Por um feminismo afro-latinoamericano**: Lélia González. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.49-64.
- Hooks, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.
- Hooks, b. **Erguer a Voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LITERAFRO. **Dados biográficos de Conceição Evaristo**. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 01 de ago. de 2024. Última Atualização: 22 de maio de 2025.
- MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I.
- MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara, 2021.
- NUNES, I. R. Sobre o que nos move. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Orgs.). **Escrevivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 10-24.
- PINTO, T. **Escrevivência** – 30 anos de um conceito revolucionário. Portal Geledés. 09/01/2025, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/escrevivencia-30-anos-deum-conceito-revolucionario/>. Acesso em: 15 de mai. de 2025.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 22 de mai. de 2025.
- WILLIAMS. E. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.